



O pensamento ecocrítico de Euclides da Cunha em escritos e correspondências sobre a amazônia¹

Rex P. Nielson²

Tradutora Sueli Meira Liebig³

“Realmente, a Amazônia é a última página,
ainda a escrever-se, do Genesis”

(EUCLIDES DA CUNHA, ([19-]))

A crise ambiental global e as regionais a poluição e a degradação do meio ambiente, o descarte de dejetos químicos, a mineração e o desmatamento, que têm levado à inundação, à erosão e à esterilização do solo – têm inegavelmente motivado o recente surgimento dos estudos científicos e humanísticos sobre a relação do homem com o meio ambiente. Embora os estudiosos das ciências exatas hajam reconhecidamente liderado esses esforços, as humanidades e principalmente a ecocrítica como disciplina hu-

Este artigo foi originalmente publicado em *Hispanic Issues On Line* (2014) e traduzido especialmente para este número inaugural da RILE com a permissão do autor: NIELSON, Rex P. Ecocritical thought in Euclides da Cunha's correspondence and writings about the Amazon.

Professor Assistente de Estudos Portugueses e Brasileiros na Brigham Young Universi-ty, EUA. Atualmente desenvolve os livros *Utopic Masculinity: Undercurrents of Gender in Contemporary Brazilian Literature* e *Pai que é Pai: Brazilian Father Involvement and family well-being*.

E-mail: <rex_nielson@byu.edu>.

Professora de Literatura Inglesa na Universidade Estadual da Paraíba, Brasil (UFPB), e no Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade na mesma instituição. Editora de Resenha na RILE/JILE, Revista da ASLE-Brasil. E-mail: <suelibig@hotmail.com>.

manística estão dando uma significativa contribuição para a conservação do movimento ao ajudar a reestruturar e historicizar os relacionamentos humanos com a natureza. A influência da ecocrítica se estende amplamente para além dos estudos literários e culturais anglófonos nos dias atuais, embora em termos luso-brasileiros ainda permaneça um campo de estudo pouco abrangido pela teoria. A premissa fundamental da ecocrítica – a sa-ber, a interação entre a natureza e a cultura humana – não constitui nenhuma novidade para os estudos literários luso-brasileiros, que possuem uma rica tradição de produção cultural relativa às relações entre a natureza e a experiência humana. Entretanto, a ecocrítica apresenta uma série de possibilidades e desafios no contexto dos estudos literários brasileiros enquanto discurso teórico que permeia o humano e o não humano – isto é, entre o ser humano e os outros. Ainda assim este é um discurso com história e evolução próprias e os críticos literários brasileiros devem ter cuidado com a forma pela qual se apropriam da ecocrítica para evitar cometerem leituras anacrônicas ou até mesmo leituras errôneas.⁴ Ainda assim, modos de leitura ecocriticos podem reabrir o cânone literário brasileiro de uma maneira nova e significativa, ao revelar uma imaginação ecológica ignorada ou mal interpretada, latente na literatura. Os escritos de Euclides da Cunha sobre a Amazônia nos oferecem um excepcional exemplo de tal imaginação.

Entender a relevância da ecocrítica para os estudos brasileiros depende em parte de considerarmos a sua história disciplinar. Esta abordagem teórica é um campo relativamente novo nos estudos acadêmicos. O termo só veio a ser cunhado em 1978 – mesmo que possua origens históricas que remontem até Aristóteles, Platão e Virgílio.⁵ Tipicamente, contudo, as raízes da ecocrítica são traçadas a partir de 1790 e do romantismo tardio na

Ver, por exemplo, o seminal ensaio de Roberto Schwarz ([1996]) intitulado “As ideias fora do lugar”, traduzido para o Inglês e publicado sob o título de “Misplaced ideas: literature and society in Late nineteenth-century Brazil no volume *Misplaced Ideas*. Neste texto Schwarz analisa a história intelectual da América Latina e a maneira problemática como as ideologias liberais europeias do século XIX foram aplicadas a um contexto brasileiro que ainda mantinha o regime escravocrata. Em um sentido mais amplo, o ensaio adverte o leitor contra os efeitos indesejáveis e até nocivos das ideologias inapropriadas a um contexto para o qual não foram produzidas.

Grande parte das histórias da ecocrítica, incluindo as de Mazel (2001) e as de Glotfelty e Fromm (1996), citam um ensaio de Rueckert como sendo a origem do termo publicado. Veja Rueckert (1978).

literatura britânica ou de 1840 e do transcendentalismo nos Estados Unidos. Vários destes escritores produziram obras que se constituíram como as primeiras dentro do que agora se comprehende como um novo cânone de escritos em língua inglesa sobre a natureza (algumas vezes chamados de escritos paisagísticos) – um tipo de gênero textual meio amorfo, de ficção e não ficção, que algumas vezes se quer científico e informacional, outras vezes pessoal e reflexivo, e frequentemente filosófico. Antologias tais como a *Norton Book of Nature Writing* frequentemente incluem um imenso elenco de autores, variando do poeta Wordsworth ao naturalista Darwin, juntamente com Thoreau e Emerson, John Muir, Aldo Leopold, Wendell Berry, Rachel Carson, Michael Pollan, e Bill McKibben, para citar apenas alguns. A ecocrítica recebeu reconhecimento institucional como disciplina acadêmica em 1992 com a fundação da Associação para o Estudo da Literatura e do Meio Ambiente (ASLE), organização que realiza conferências anuais e tem mais de 1.300 membros. Em 1993 foi fundada a Revista de Estudos Interdisciplinares em Literatura e Meio Ambiente, (*The Journal of Interdisciplinary Studies in Literature and Environment*), um periódico com sistema de revisão por pares que desde 2009 tem sido publicado trimestralmente pela editora da Universidade de Oxford. Sede da divulgação de artigos de outras revistas, monografias e antologias, sem mencionar os cursos universitários em ecocrítica e os novos programas de graduação em estudos do meio ambiente, tudo no seu conteúdo atesta o impacto acadêmico desta disciplina nos Estados Unidos e no Reino Unido. Dentro dos estudos culturais e literários, a ecocrítica é útil como discurso não teórico para uma abordagem de como as representações da natureza são construídas em meio aos “artefatos naturais da língua e da literatura”. (GLOTFELTY, 1996, p. XIX). A ecocrítica demonstra o modo pelo qual a natureza – o mundo físico – tem sido inserida em narrativas como o Éden, a Utopia, o El Dorado; como artefato, mercadoria, realidade ingênua, ímpeto moral, o outro demonizado ou terreno contestado. A natureza pode aparecer como pastoral e doméstica, como também apocalíptica, selvagem e sublime. Os ecocríticos demonstram o modo como ideologias e discursos concorrentes têm tentado usá-la para naturalizar, ou melhor, para esconder assuntos políticos e sociais por trás de uma visão essencialista do meio ambiente. (GLOTFELTY, 1996, p. XIX). Por exemplo, como coloca Marilynne Robinson (1998), a selva é considerada alternadamente

como terra deserta e terra prometida, conceitos que refletem interesses comerciais e políticos respectivamente. Robinson (1998, p. 253) argumenta que devemos nos livrar da ideia de terra selvagem como fuga da civilização, de que “devemos prescindir da ideia de selvagem [e] aceitar o fato de que as consequências da presença humana no mundo são universais e inelutáveis”. Alguns críticos defendem o ponto de vista de que a natureza é mera construção humana, alinhando-se à tese de Robinson (1998, p. 253) de que “cada problema ambiental é um problema humano”. Tal visão é enraizada nas tradições do estruturalismo e do pós-estruturalismo do século XX, que se baseiam na ideia de que tudo é linguisticamente ou socialmente construído – ou, como Derrida (1976, p. 158) radicalmente coloca, “Não existe nada fora do texto”. Entretanto, quanto seja uma importante prática da ecocrítica a leitura de textos a fim de descobrir as ideologias e mitologias embutidas nas representações culturais da natureza, ela é mais do que uma simples análise pós-estrutural direcionada ao meio ambiente. Na verdade, como Peter Barry (2002, p. 252) afirma, “A Ecocrítica [...] repudia a crença fundacional no ‘construcionismo’, que é um aspecto importante da teoria literária” ao voltar-se para a ecologia, isto é, ao ressaltar a complexa mistura de relacionamentos que existem no mundo natural fora das projeções humanas.⁶ Essa ênfase sobre a ecologia constitui uma crítica radical às cosmovisões antropocêntricas, e a ecocrítica, portanto, oferece um argumento ontológico que redefine o que significa ser humano em relação ao mundo físico.

Não obstante, embora a ecocrítica insista que a ecologia exista fora das projeções e da experiência humana, não se pode falar em natureza, espe-

Ao invés de me referir ao termo comum “web” (teia) de natureza, optei por usar o termo empregado por Timothy Morton “mesh” (malha), palavra que lembra a expressão de Darwin “tangled bank” (margem emaranhada), da última página de *Sobre a Origem das Espécies* (Expresso meu agradecimento ao meu colega, Professor Dale Pratt, por sugerir tal cone-xão). Morton (2010, p. 15) escreve: “O pensamento ecológico imagina uma interconectividade, que eu chamo de a malha. Quem ou o que está interconectado com o que ou quem? A malha de coisas interconexas é vasta, talvez incomensurável. Cada entidade dentro da malha parece estranha. Nada existe por si só e sendo assim nada é inteiramente seu próprio ser.’ Há, curiosamente, ‘menos’ do Universo quanto ‘mais’ nós vemos dele, ao mesmo tempo e pelas mesmas razões. O nosso encontro com outros seres torna-se mais profundo. Eles são estranhos, até intrinsecamente estranhos. Conhecê-los melhor fá-los-á mais estranhos. Quando falamos sobre formas de vida, estamos falando sobre estranhos estrangeiros. O pensamento ecológico imagina uma miríade de estranhos estrangeiros emaranhados”.

cialmente no contexto do Brasil e do Novo Mundo, sem que se faça alusão ao modo como a história humana está intimamente ligada à geografia. Como Williams (2005, p. 47) observa no notável ensaio, “Ideas of Nature” “Ideias da Natureza” “A ideia de natureza contém, embora quase imperceptível, uma quantidade extraordinária de história humana”. Na história do Novo Mundo e especialmente no contexto do Brasil e da complexa história da Amazônia, torna-se muito difícil separar ecologia de cultura, dada a maneira como a história das práticas agrícolas coloniais literalmente alteraram a paisagem. Exemplificando apenas um impacto da atividade humana sobre o solo, em 1901 Euclides da Cunha publicou um ensaio no Jornal *O Estado de São Paulo* intitulado “Fazedores de deserto”, no qual ele critica os costumes devastadores dos agricultores de São Paulo, que haviam culminado com a esterilização do solo e a desertificação da zona rural. A tese do ensaio é ao mesmo tempo revolucionária e profética: a degradação do meio ambiente é um problema social. Devido ao complexo relacionamento entre a atividade humana e a natureza, Handley (2011, p. 119) argumenta de maneira lógica que uma prática ecocrítica útil para os estudos do Novo Mundo deve compartilhar os objetivos do pós-colonialismo ao considerar “os processos históricos pelos quais as culturas têm emergido, em sua forma presente e contingente”. Na sua introdução do livro *Caribbean Literature and the Environment A Literatura do Caribe e o Meio Ambiente*, DeLoughrey, Gosson e Handley (2005, p. 2) criticam a tendência que tem a ecocrítica norte-americana de tratar superficialmente ou até mesmo ignorar completamente as dimensões históricas do comportamento humano sobre o meio ambiente ao olhar para trás como uma paisagem idealizada e estática “que é desprovida de história e de trabalho humanos”. Em um volume separado, *Postcolonial Ecologies: Literatures of the Environment* (Ecologias pós-coloniais: Literaturas do Meio-ambiente), DeLoughrey e Handley (2011, p. 4) propõem ao invés disto que o meio ambiente seja considerado tanto em termos da história humana quanto da ecologia através de uma síntese das abordagens tradicional, ambiental e pós-colonial. Eles advertem, contudo, que tal abordagem deve ser

[...] mais que uma simples extensão das metodologias pós-coloniais ao campo do mundo material humano; ela deve se alinhar com o fato de que a ecologia nem sempre trabalha dentro dos padrões do tempo humano e do interesse político. Como tal,

nossa definição de ecologia pós-colonial reflete uma epistemologia complexa que recupera as alteridades da história e da natureza, sem reduzir uma à outra.

Este conceito de ecocrítica sugere que a nossa compreensão do que seja a natureza deveria basear-se no relacionamento complexo e mutuamente constitutivo entre a ecologia e as representações discursivas do meio ambiente. No contexto dos estudos literários brasileiros, a prática ecocrítica deve surgir de uma compreensão conjunta da história humana e das tradições discursivas que têm se desenvolvido em lugares específicos – reais ou imaginários – da geografia do país. Em outras palavras, as leituras ecocríticas de textos literários brasileiros que se respaldam completamente na história e nas narrativas do discurso ecocrítico anglófono correm o perigo de elidirem as complexidades da história intelectual e da experiência humana do Brasil com respeito ao meio ambiente. A despeito da importância de Wordsworth, Emerson e Thoreau para a teoria ecocrítica anglófona e do status mitológico que a história dessa teoria já alcançou, os estudiosos da literatura brasileira deveriam cercar-se de cuidados ao citarem ou aplicarem textos e ideias que têm pouca ou nenhuma relação direta com a geografia do país, ou com as suas tradições literárias e sua imaginação ambiental.⁷ Ao dizer isto não pretendo desencorajar leituras ecocríticas comparadas entre textos brasileiros e anglófonos. Análises comparatistas dessas duas tradições sempre irão produzir proveitosos *insights* para o nosso entendimento sobre as relações entre o homem e o meio ambiente.⁸ A minha intenção é na verdade o oposto: identificar pontos-chave dentro da história e da tradição literária brasileira sem ter que recorrer meramente às tradições teóricas anglófonas, o que por sua vez poderá contribuir melhor para uma compreensão mais aprofundada do pensamento ecocrítico.

Um exemplo interessante seria o texto de Couto (2007) intitulado “Ecocrítica,” incluso na sua monografia *Ecolinguística*. Neste estudo o autor cuidadosamente ensaia a tradição da ecocrítica de New England, começando pelos transcendentalistas Emerson e Thoreau. Ele sintetiza a história da ecocrítica anglófona para o seu público falante do português, mas logo para de estabelecer conexões entre a história deles e a história intelectual brasileira, excetuando-se uma breve menção feita a Mário Palmério. Confira por exemplo o recente estudo feito por Barbas-Rhoden (2011), que serve como um instigante modelo da expansão internacional da ecocrítica.

Este é o desafio apresentado por DeLoughrey e Handley (2011), que convocam os críticos a imaginar histórias variadas de ecocrítica que correspondam mais de perto a determinadas geografias e tradições culturais. Mesmo que o Brasil não possua um cânone de escritos sobre o meio ambiente como os que existem nos Estados Unidos e no Reino Unido, uma linha ecologicamente consciente com certeza perpassa a literatura brasileira, que inclui obras – ficcionais ou não – que não antropomorfizam a natureza ou caem na famosa e patética falácia de Ruskin, que enquanto atribui emoções humanas ao mundo natural admite, consciente ou in-conscientemente, a alteridade da natureza. A tradição literária do Brasil comprehende numerosos textos que sugerem uma contingência entre a nossa própria existência e a da ecologia. Nessas instâncias a natureza não apenas pano de fundo ou teatro, mas emerge como uma presença que deve ser responsável reconhecida. Desta forma, ao imaginar uma genealogia dos escritos ecocríticos brasileiros, me refiro a escritores que intencionalmente ou não, foram os precursores da natureza de um modo que provoque uma reflexão sobre a nossa mútua dependência.

A imaginação ambiental de Euclides da Cunha

Dentro do cânone brasileiro, uma coleção de ensaios de Euclides da Cunha sobre a Amazônia postumamente publicada sob o título de *À mar-gem da história* (1909), serve como um fascinante texto que ilumina a complexa inter-relação entre a natureza e a cultura. Cunha foi treinado como engenheiro na Academia Militar do Rio de Janeiro e era um sagaz observador da sociedade e do mundo natural. Ele escrevia frequentemente sobre a paisagem brasileira em artigos de jornais e ensaios, e a maioria dos leitores da história e da literatura brasileira sem dúvida conhece a sua monumental obra *Os sertões* (1902), em que ele critica as últimas missões militares do final do século XIX, que destruíram a fronteiriça comunidade religiosa de Canudos e massacraram mais de 30.000 pessoas.⁹ Embora tenha escrito os ensaios sobre a Amazônia vários anos depois de *Os sertões*, a experiência em Canudos condicionou sua vivência posterior na Amazônia, necessitando aqui de algumas considerações.

9 Para um excelente estudo do massacre de Canudos, veja (LEVINE, 1992).

Cunha foi um defensor ardente e idealista da então incipiente República Brasileira, fundada em 1889. Quando a notícia de uma população hostil e rapidamente crescente no Sertão do estado da Bahia atingiu o Rio de Janeiro em 1890, Cunha apoiou a ação militar enviada para deter a rebelião. Ele até escreveu um apaixonado artigo de jornal intitulado “A nossa Vendéia” (1897), em que comparava a rebelião de Canudos a uma reação monarquista rural na França contra a revolução republicana francesa de 1798. Em 1897, Cunha foi escalonado pelo jornal *O Estado de São Paulo* para viajar com o exército a fim de cobrir em primeira mão a ação militar na fronteira. Para seu grande espanto, ao chegar ao Sertão do estado nordestino da Bahia, ele se deparou com um cenário e um povo que eram muito mais complexos do que ele havia imaginado. Embora Canudos ostensivamente representasse uma ameaça à República, o relatório descritivo sobre a vitória militar o encheu de admiração e respeito pelos incompreendidos dissidentes de Canudos. A obra *Os sertões* expressa o fervor patriótico do autor e celebra a neófita República do Brasil, ao mesmo tempo em que paradoxalmente demonstra a sua desilusão sobre o chocante massacre que pôs termo à campanha militar. Um dos aspectos marcantes da obra é a conexão que Cunha estabelece entre a identidade coletiva e a paisagem. De fato, *Os sertões* inicia-se com uma extensa análise geográfica da região de Canudos intitulada “A terra”, na qual o autor argumenta que o caráter dos habitantes do lugar foi formado pelas necessidades e exigências da difícil geografia em que eles viviam.

Vários anos mais tarde, Cunha expande a sua imaginação ecológica, construindo um arcabouço teórico a partir de *Os sertões* que liga cultura e paisagem, numa série de ensaios sobre a Amazônia postumamente publicados sob o título de *À margem da história*. Como um exemplo de ecocrítica brasileira autóctone, tal coleção representa uma importante contribuição a que DeLoughrey e Handley (2011) chamariam de uma variante histórica do pensamento ecocritico, fora das narrativas tradicionais anglófonas. *À margem da história* representa um texto intrigante cuja força reside na sua expressão de interdependência da experiência humana no Brasil e na ecologia. A gênese dos ensaios de *À margem da história* remonta a 1904 quando Cunha viajou para Manaus e à Bacia do Rio Amazonas como parte de uma expedição oficial entre o Brasil e o Peru, organizada com o propósito de pesquisar os rios Juruá e Purus, corrigindo e comple-

tando os mapas feitos pelo explorador inglês William Chandless em 1860, e verificar a nomenclatura geográfica em uso.¹⁰ Como chefe da comissão brasileira, Cunha foi enviado para proteger os interesses políticos e nacionais contra a apropriação peruana. Depois de pouco mais de um ano trabalhando pelos rios Amazonas e Purus de alto a baixo (de dezembro de 1904 a dezembro de 1905), Cunha retornou ao Rio de Janeiro para reportar suas descobertas. Essa experiência na Amazônia marcou-o profundamente, fazendo-o começar imediatamente os planos de publicação de um comprehensível relato semelhante a *Os Sertões*. Este projeto, contudo, não chegou a ser totalmente realizado, em parte devido à tragédia da sua morte prematura em agosto de 1909.¹¹ Ainda assim, o caráter fragmentado da coletânea de ensaios também sugere a maneira como Cunha se empenhou para sintetizar numa única narrativa os seus ideais republicanos e as realidades da complexa terra com que ele se deparou.

Da mesma forma como foi com a sua experiência em Canudos, Cunha começou sua jornada amazônica cheio de idealismo e otimismo, mas logo percebeu que a realidade do território era bastante diferente daquela que ele esperava. Em uma carta a Manuel de Oliveira Lima, datada de 16 de janeiro de 1905 e enviada de Manaus logo após sua chegada, ele escreve:¹²

Falta-me o tempo para a felicidade de uma longa conversa consigo. Quanta coisa a dizer! – o desapontamento que me causou o Amazonas, menos que o Amazonas que eu trazia na imaginação; a estranha tristeza que nos causa esta terra amplíssima,

O naturalista inglês Henry Walter Bates passou 11 anos explorando e investigando a Bacia do Rio Amazonas de 1848 a 1859. A sua narrativa sobre a experiência foi publicada em 1863.

Euclides da Cunha morreu tragicamente em um duelo dramático com um oficial do Exército que estava tendo um *affaire* com a sua esposa. Veja (TROVATTO, 2002, p. 65); Veja também (KADIR, c1993, p. 153).

Manuel de Oliveira Lima foi um diplomata e prolífico escritor brasileiro. Ocupou cargos diplomáticos em Lisboa, Berlim, Washington, Londres, Tóquio, Caracas, Bruxelas e Estocolmo. Foi um dos membros fundadores da Academia Brasileira de Letras e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ele também foi professor visitante na Universidade de Harvard e ministrou aulas de História do Brasil em outras universidades americanas e europeias. Seus livros incluem *Dom João VI no Brasil* (1908), *La littérature brésilienne* (1909), *Machado de Assis et son oeuvre littéraire* (1909), *Formation historique de la nationalité brésilienne* (1911), e *The Evolution of Brazil Compared with that of Spanish and Anglo-Saxon America* (1914). Na época em que se correspondia com Euclides da Cunha ele estava servindo como Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, em Washington, DC. (CUNHA; GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 23).

maravilhosa e chata, sem um relevo onde o olhar descanse; e, principalmente, o tumulto, a desordem indescritível, a grande vida à gandaia dos que a habitam [...]. Estou numa verdadeira sobrecarga de impressões todas novas, todas vivíssimas e empolgantes. (CUNHA; GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 254).

Nesta carta e em outras do mesmo período, as primeiras impressões de Euclides da Cunha sobre a Amazônia caracterizam-se por um misto de admiração e desencanto. No início do Século XX, a região amazônica era mitificada como o Éden ou o *El Dorado* – uma paisagem idílica na qual a nação poderia inscrever os seus desejos utópicos – mas a realidade que ele encontra difere tão drasticamente da Amazônia idealizada pelo imaginário nacional que ele logo se sente sobrecarregado e desapontado. Como que se opondo a uma convidativa paisagem pronta para os projetos domésticos da República, a Amazônia confrontada pelo escritor mostra-se “indescritivelmente desordenada” e sufocante em sua justa medida. Em várias cartas Cunha se irrita com a descrição feita pelo explorador inglês Henry Walter Bates em 1863, quando ele afirma a respeito da região que “o clima é glorioso”. (BATES, 1863, p. 176). Ao invés disso, Cunha escreve que a umidade opressiva e o tumulto natural fazem a paisagem como um todo parecer incompreensível. (CUNHA; GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 255). Em carta a Artur Lemos, Euclides da Cunha antecipa detalhes da sua impressão sobre o solo amazonense:¹³

Se escrevesse agora esboçaria miniaturas do caos incompreensíveis e tumultuárias, uma mistura formidável de vastas florestas inundadas de vastos céus resplandecentes. Entre tais extremos está, com as suas inumeráveis modalidades, um novo mundo que me era inteiramente desconhecido [...]. Além disso, esta Amazônia recorda a genial definição do espaço de Milton: esconde-se em si mesma. O forasteiro contempla-a sem a ver através de uma vertigem. Ela só lhe aparece aos poucos, vagarosamente, torturantemente. É uma grandeza que exige a pene-tração sutil dos microscópios e a visão apertadinha e breve dos analistas: é um infinito que deve ser dosado. (CUNHA; GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 269).

Nascido no Maranhão, Artur Lemos foi advogado, professor e intelectual público, tendo também trabalhado como poeta e jornalista.

Esta expressiva peça de correspondência ilustra o poder de observação do escritor e a sua habilidade de sintetizar e extrapolar princípios gerais. Nota-se que Cunha não se detém apenas em declarar a extensa complexidade da Amazônia, mas também sinaliza para uma tímida e arrazoada solução. Euclides da Cunha reconhece a sua própria incapacidade de compreender a Amazônia em sua totalidade; ele a descreve em termos de sua indefinibilidade e defende a necessidade de uma educação mais abrangente e de um conhecimento especializado. Esta passagem chave ainda prenuncia a dimensão poética dos seus ensaios publicados sobre a Amazônia, nos quais em meio à análise científica ele se maravilha perante a região como uma entidade que jamais poderá ser totalmente conhecida, domada ou conquistada. Outro aspecto relacionado que emerge na correspondência do escritor nesse período é que ele não apenas fica extasiado com a magnitude e complexidade da floresta, mas também intimidado. Em uma carta ao seu amigo José Veríssimo endereçada de Manaus e datada de 13 de janeiro de 1905, Cunha escreve: “A natureza, aqui, soberanamente brutal ainda na expansão de suas energias, é uma perigosa adversária do homem. Pelo menos em nenhum outro ponto lhe impõe mais duramente o regime ani-mal”. (CUNHA; GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 252). É interessante observar a escolha das palavras do escritor aqui: a natureza é “soberanamente brutal” e “impõe o seu próprio regime selvagem”, como se fosse um poder político soberano resistente às atividades neoimperialistas da República Brasileira, ao forçar as suas próprias leis naturais. Em outra carta posterior, datada de 22 de janeiro de 1905, escrita pouco antes da sua partida de Manaus a caminho do Rio Purus, Cunha dirige-se a Edgard Jordão dizendo: “Estou a dois passos do deserto e nas vésperas de uma viagem, incada de tropeços, dessas em que a gente leva carta de prego para o Desconhecido. Talvez, não vol-te. Falo, portanto, como quem se confessa”. (CUNHA; GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 258). Aqui o escritor expressa a preocupação com a sua segurança pessoal – um temor que está visivelmente ausente das poucas cartas escritas durante as campanhas militares de Canudos.¹⁴ Mais adiante, depois de

Esse temor também não era infundado. Não são poucas as histórias trágicas de explorações amazônicas que deram errado. Da correspondência enquanto esteve na Bahia durante as campanhas de Canudos o maior medo de Cunha era de não chegar a tempo de testemunhar a destruição do arraial: “temo não ir a tempo de assistir à queda do arrayal maldito” (Carta a Porchat, Bahia, 20 de agosto de 1897, Correspondência, p. 108)

deixar Manaus e começar a subir em direção ao Rio Purus, Cunha repor-tou ao seu amigo e colega escritor Alberto Rangel:¹⁵ “Chegaram ontem as instruções [e] iremos rumo eito para o desconhecido. A minha frota: duas lanchas (uma ainda problemática), um batelão e seis canoas e teve ontem o batismo de uma tempestade. Nunca imaginei que este rio morto esconde-se, traiçoeiramente, ondas tão desabridas”. (CUNHA; GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 278). Por meio do seu registro de viagem Cunha compara a ameaça da natureza com o perigo de subestimar a Amazônia e deixar de enxergar sob a superfície. É interessante notar que a despeito da sua consciência dessa necessidade, a região o surpreende constantemente. Durante o ano em que viveu em Manaus e dirigiu a comissão brasileira oficial de pesquisa do Alto Purus Euclides Cunha teve a oportunidade de coletar bastante material para um livro e depois que voltou para o Rio de Janeiro começou a escrever e fazer planos para publicá-lo. Na verdade, a ideia de escrever um volume sobre a Amazônia semelhante ao seu romance testemunho de Canudos havia lhe ocorrido pouco depois de chegar à capital amazonense. Em correspondência datada de 10 de março de 1905 e endereçada ao amigo e colega escritor Coelho Neto, Cunha primeiro fala sobre a sua intenção de dar ao livro o título de “ Um paraíso perdido”. Durante o mesmo mês, ele escreve a José Veríssimo: “Acha bom o título *Um paraíso perdido* para o meu livro sobre a Amazônia? Ele reflete bem o meu incurável pessimismo”. (CUNHA; GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 268). Como já mencionei antes, a morte prematura do escritor impediu-lhe de produzir uma narrativa extensa sobre a Amazônia, semelhante em tamanho a *Os Sertões*, enquanto o título pretendido sugere a sua intenção de desconstruir o tropo paradisíaco da Amazônia.¹⁶ Ainda assim, embora não houvesse concluído o seu

Alberto Rangel nasceu em Recife em 29 de maio de 1871, mas sua família mudou-se para o Rio de Janeiro quando ele ainda era criança. Aos 17 anos Rangel alistou-se na Academia Militar do Rio, onde conheceu Euclides da Cunha. De 1901 a 1905 ele trabalhou para o governo do estado do Amazonas como engenheiro civil, o que lhe possibilitou familiarizar-se com a geografia e a cultura amazonense. Rangel é o autor de uma coletânea de histórias descritivas intitulada *Inferno verde: cenas e cenários do Amazonas- 1908*). Publicou ainda *Sombra n'água* (1913), uma segunda coleção de histórias ambientadas na Amazônia. Mais tarde ele publicou mais outras coleções de histórias e estudos sobre a história do Brasil, como também algumas peças. Faleceu em Nova Friburgo, Rio de Janeiro, em 14 de dezembro de 1945.

Esta é uma crença compartilhada por muitos estudiosos, incluindo Afrânia Peixoto e Leandro Tocantins. Por exemplo, veja o ensaio introdutório escrito por Tocantins em *Um paraíso perdido*, um volume publicado em 1986, uma coletânea de todos os ensaios, estudos e ou-

trabalho de forma coesa, Cunha havia começado a colecionar e organizar alguns dos seus ensaios amazonenses sob o título de *À margem da história*, que já estavam em estágio de prova quando ele faleceu e que foram publicados logo após a sua morte no final de 1909.¹⁷

Da mesma forma como fazia com as cartas escritas de Manaus, Cunha abre o ensaio inicial de *À margem da história*, intitulado “Impressões ge-rais”, com uma expressão de desilusão a respeito das forças selvagens e caóticas da Amazônia. Ele declara:

A impressão dominante que tive, e talvez correspondente a uma verdade positiva, é esta: o homem, ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido – quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem [...]. Os mesmos rios ainda não se firmaram nos leitos [...]. Depois de uma única enchente se desmancham os trabalhos de um hidrógrafo. (CUNHA; SOUSA; SÁ, 2006, p. 26).¹⁸

Essa confissão inaugural prenuncia a tensão que caracteriza a maior parte dos escritos amazonenses de Euclides da Cunha, tensão essa entre a ambição do projeto neoimperialista brasileiro e a sua consciência da re-siliência da natureza. Por um lado ele advoga uma abordagem imperial na conquista da região, incluindo o envio de cientistas, hidrógrafos, engenheiros, e até militares – dada a competição e a invasão de outros países – tanto quanto colônias de trabalhadores sertanejos. Lúcia Sá habilmente observa que em *À margem da história*, “a nostalgia imperialista de Cunha parece dar lugar quase que inteiramente a um completo imperialismo”.

tos escritos de Euclides da Cunha produzidos sobre a Amazônia.

À margem da história foi originalmente dividido em quatro partes: 1) “Terra sem história (Amazônia)”, (composto de sete capítulos sobre a Amazônia); “Vários estudos”, (composto de três capítulos tratando de assuntos interamericanos); “Da Independência à República” ,(Um longo ensaio sobre a história do Brasil); e 4) “Estrelas indecifráveis”, (uma crônica avassaladora sobre as histórias antiga e moderna, textos clássicos e religiosos, mitologia, astronomia e cosmografia). Os primeiros sete capítulos de *À Margem da História* foram habilmente traduzidos por Ronald Sousa sob o título de *The Amazon: Land without History*, com introdução de Lúcia Sá. As outras três partes do original de *À margem da história* permanecem sem tradução para o Inglês.

O autor retirou todas as citações em português do livro *À margem da história*, edição organizada por Tocantins.

(SÁ, 2006, p. XIV). Entretanto, em vários momentos nos ensaios, mesmo quando se refere excitadamente às possibilidades da Amazônia para a nação, Cunha simultaneamente demonstra um profundo conhecimento de alguns dos problemas do imperialismo.

A Amazônia não é uma *tabula rasa* à espera de uma narrativa nacional, política ou comercial que lhe dê sentido. Não é um Éden ou um paraíso de riquezas pronto para ser explorado. A despeito do seu subtítulo, o autor não representa a Amazônia como uma terra sem história. Ao contrário, ele tem uma percepção apurada tanto da história humana quanto da natural – a que revela como o desejo tem sido projetado na paisagem por sobre o tempo. Além do mais, Cunha demonstra neste ensaio uma compreensão fundamental da ecologia – o que não surpreende, devido ao seu treinamento científico. Um exemplo disso é encontrado no capítulo “Rios em Abandono”, onde ele descreve em detalhes o complexo sistema tributário da Bacia do Amazonas, antes de concluir que

Assim, em toda aquela planura, o notável afluente amazônico, serpenteando nas inumeráveis sinuosas que lhe tornam as distâncias itinerárias duplas das geográficas, inclui-se entre os mais interessantes “rios trabalhadores”, construindo os diques submersíveis que o aliviam nas enchentes – e lhe repontam, intermitentemente às duas bandas, ora próximos, ora afastados, salpintando todas as várzeas ribeirinhas e avultando maiores e mais numerosos à medida que se desce, e se amortecem os declives, até a larga baixada centralizada em Canutama; onde as grandes águas tranquilas derivam majestosamente, equilibradas, sulcando de meio a meio a vastidão de nível de um medi-terrâneo esparso. (CUNHA, 1986, p. 46).

Esta passagem atesta o conhecimento que o escritor tem da natureza e seus processos. A floresta e seus rios não são estáticos, mas vivos e pulsantes e bastante sujeitos a mudanças. O rio e seus afluentes levantam-se e caem, constroem bancos de areia, se recanalizam, se aproximam e se distanciam, tudo de maneira inesperada. A ecologia emerge na escrita de Euclides da Cunha “como um espaço de indeterminação e instabilidade; [...] o mundo dos ecossistemas e sua miríade de complexas interdependências; [a ecologia como] um espaço dinâmico de mudança, desequilíbrio e até mesmo caos”. (HANDLEY, 2011, p. 119). A Amazônia não é meramente um re-

curso natural impassível, pronto para ser dominado e posto para servir aos interesses comerciais e imperialistas da nação. Como o autor diz, em “uma única enchente se desmancham os trabalhos de um hidrógrafo”, a quem ele chama de “um intruso impertinente”. Enquanto a narrativa de Cunha começa com evidente desilusão, ao mesmo tempo expressa um profundo respeito pela alteridade da natureza, pela sua outridade e poder fundamentais. A passagem acima, além do mais, revela a compreensão que ele tem sobre o que os ecologistas chamam de *deep time* (tempo remoto): uma visão macroscópica da história biológica, cuja escala minimiza o impacto um tanto fugaz do trabalho humano. E o trabalho da comissão de fronteira à qual ele está ligado mostra-se igualmente fraco. Após descrever a complexa e intermitente maneira como o rio dispõe os seus próprios bancos e se re-desenha, Cunha observa que “o rio, que sobre todos desafia o nosso lirismo patriótico, é o menos brasileiro dos rios. É um estranho adversário, entre-gue dia e noite à faina de solapar a sua própria terra”. (CUNHA, 1986, p. 30). Aqui ele explicitamente identifica como o rio desafia o real propósito da sua comissão oficial, que é o de pesquisar e identificar a fronteira política entre o Brasil e o Peru. Como se pode traçar tal linha demarcatória quando o próprio rio é móvel e não fixo?¹⁹ O rio emerge nesta passagem como se fosse um adversário, o próprio Peru – uma entidade soberana competitiva a desafiar as demandas do Brasil. De fato, nesta mesma seção do texto o autor nota o absurdo de se tentar confinar o Amazonas às fronteiras políticas imaginárias impostas por nações que tentam regular a movimentação e o acesso à região. Em um trecho inspirado, Cunha descreve a abrangente influência do complexo sistema hidrográfico do Amazonas:

Aquele originalíssimo sistema hidrográfico não acaba com a terra, ao transpor o cabo Norte; senão que vai, sem margens, pelo mar adentro, em busca da corrente equatorial, onde aflui entregando-lhe todo aquele plasma gerador de territórios. Os

Este é um ponto que fascina Cunha, que a ele retorna em mais de uma ocasião. Veja por exemplo o seu prefácio ao estudo de Rangel e Cunha (1908, p. 11) sobre a Amazônia intitulado *Inferno verde*, onde ele escreve, “E, ainda sob o aspecto seccamente topographico [do Amazo-nas], não há fixa-la em linhas definitivas [...] como se no quadro de suas planuras desmedidas andasse o pincel irrequieto de um sobrehumano artista incontentável” (grafia e sintaxe como no original) (e, falando mais sobre o seco aspecto topográfico [do Amazonas], isso não pode ser feito em traços definitivos [...] como se o incansável lápis de um exigente artista sobre humano estivesse vagando por sobre o desenho das suas planícies imensuráveis).

seus materiais, distribuídos pelo imenso rio pelágico que se prolonga com a corrente do golfo, vão se concentrando e surgindo o fluxo, espaçadamente, nas mais longínquas zonas: a partir das costas das Guianas, cujas lagunas, a começar no Amapá, a mais e mais se dessecam, avançando em planuras de estepes pelo mar afora, até os litorais norte-americanos, da Geórgia e das Carolinas[...].

Naqueles lugares, o brasileiro salta: é estrangeiro, e está pisando em terras brasileiras. Antolha-se lhe um contrassenso pasmoso: ficção de direito estabelecendo por vezes a extraterritorialidade, que é a pátria sem a terra, contrapõe-se lhe uma outra, rudemente física: a terra sem a pátria. É o efeito maravilhoso de uma espécie de imigração telúrica. A terra abandona o homem. (CUNHA, 1986, p. 30-31).

O reconhecimento da complexa inter-relação que define os sistemas ecológicos faz com que Euclides Cunha se mostre consciente das limitações de enxergar o meio ambiente pelo prisma das divisões políticas nacionais. Apesar do impulso neoimperialista que aparece aqui e acolá no seu trabalho, esta passagem revela uma impressionante imaginação hemisférica, que critica a ficção das fronteiras nacionais enquanto assinala o relacionamento ecológico do Brasil com o resto das Américas. Na verdade, talvez uma das razões pelas quais a obra de Cunha tenha alcançado tal poder de influência sobre a cultura brasileira e continue a ser lida, seja a qualidade poética da sua análise científica. Comentando sobre a imaginação poética do autor, Valente observa: “Não há dúvida que a intenção de Euclides é buscar a verdade”. Entretanto quanto mais essa busca se aprofunda, tanto mais o autor vai abandonando as certezas do pensamento científico, localizando-a, antes, numa zona de fronteiras indefinidas, accessível somente nos interstícios entre a ciência e a ficção” (CUNHA, 1986, p.139).

Esta citação se aplica perfeitamente à consideração feita por Euclides da Cunha a respeito da Amazônia, que ele peleja para definir em termos puramente científicos. Ele acredita na importância da ciência e questiona a necessidade de mais conhecimento científico sobre a região para que o relacionamento entre o homem e a natureza possa restar o mais positivo possível. Em um dos momentos em que o Rio Purus se encontra mais negligenciado, ele sintetiza: “Precisamos ao menos conservá-lo”. (CUNHA,

1986, p. 50). Não obstante, a sua narrativa também revela uma marcante carga poética, enquanto ele procura uma linguagem capaz de expressar a própria experiência no lugar. Nesses momentos a Amazônia desponta na escrita de Cunha como um poder e uma presença que requer respeito e compreensão. Grosso modo, a narrativa amazonense de Euclides da Cunha constitui uma contribuição pioneira e importante para o pensamento ecocrítico e representa especificamente uma tradição autóctone da ecocrítica no Brasil. Além do mais, a obra do autor serve de modelo para o seu foco e metodologia. Baseada numa pesquisa científica positivista e condicionada por um impulso poético, a obra de Cunha chama a nossa atenção para as contingências da experiência humana e da ecologia, enquanto expõe o afã neoimperialista brasileiro do começo do século vinte. Os seus escritos exibem uma ética fundamentalmente ecológica – isto é, nos deixam “[...] um persistente lembrete de que as desigualdades humanas, políticas e sociais não podem ser resolvidas efetivamente e sustentavelmente sem certo engajamento com o mundo mais-que-humano e com os tempos remotos”. (DELOUGHREY; HANDLEY, 2011, p. 25).

Portanto, a obra de Euclides da Cunha continua a nos oferecer uma importante perspectiva nos temas relacionados à Amazônia e seu relacionamento com os povos indígenas brasileiros e outros grupos populacionais cuja existência, população, centros, subsistência, padrões migratórios, etc., estão intrinsecamente conectados à geografia.

Referências

- ASSOCIATION FOR THE STUDY OF LITERATURE AND THE ENVIRONMENT -(ASLE). Keene, NH, c2018. Disponível em: <<https://www.asle.org/>>.
- BARBAS-RHODEN, Laura. *Ecological Imaginations in Latin American Fiction*. Gainesville: University Press of Florida, 2011.
- BARRY, Peter. *Beginning theory: an introduction to literary and cultural theory*. Manchester: Manchester University Press, 2002.
- BATES, Henry Walter. *The naturalist on the river Amazons: a record of adventures, habits of animals, sketches of Brazilian and Indian life, and aspects of nature under the equator, during eleven years of travel*. London: John Murray, 1863.

CUNHA, Euclides da; SOUSA, Ronald; SÁ, Lucia. *The Amazon: land without history*. Tradução de Ronald Sousa. Oxford: Oxford University Press, 2006.

CUNHA, Euclides da; GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo. (Org.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EdUSP, 1997.

CUNHA, Euclides da. Impressões Gerais. In: CUNHA, Euclides da; TOCANTINS, Leandro. *Um paraíso perdido: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986. p. 25-38.

RANGEL, Alberto; CUNHA, Euclides da. *Inferno verde: (Cenas e Cenarios do Amazonas)*. Genova: S.A.I. Clichés Celluloide Bacigalupi, 1908.

CUNHA, Euclides da. Rios em Abandono. In: CUNHA, Euclides da; TOCANTINS, Leandro. (Org.). *Um paraíso perdido: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986. (Documentos Brasileiros, 203). p. 39-51.

DEAN, Warren. *With broadax and firebrand: the destruction of the brazilian atlantic forest*. Berkeley: University of California Press, c1995.

DELOUGHREY, Elizabeth; GOSSON, Renée; HANDLEY, George. *Caribbean Literature and the Environment*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2005. (New World Studies).

DELOUGHREY, Elizabeth; HANDLEY, George. (Ed.). *Postcolonial Ecologies: literatures of the Environment*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

DERRIDA, Jacques. *Of Grammatology*. Tradução de Gayatri Chakravorty Spivak. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1976.

COUTO, Hildo Honório do. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília, DF: Thesaurus, 2007.

GLOTFELTY, Cheryll. Introduction: literary studies in an age of environmental crisis. In: GLOTFELTY, Cheryll; FROMM, Harold. (Ed.). *The Ecocriticism reader: landmarks in literary ecology*. Athens, GA: University of Georgia Press, 1996. p. XV-XXXVII.

GROVE, Richard. *Green imperialism: colonial expansion, tropical island edens and the origins of environmentalism, 1600–1860*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

- HANDLEY, George. The Postcolonial ecology of the new world baroque: alejo carpentier's the lost steps. In: DELOUGHREY, Elizabeth; HANDLEY, George. (Ed.). *Postcolonial Ecologies: literatures of the environment*. Oxford: Oxford University Press, 2011. 117–35
- KADIR, Djelal. *The other writing*: postcolonial essays in Latin America's writing culture. West Lafayette, Ind: Purdue University Press, c1993.
- LEVINE, Robert M. *Vale of tears*: revisiting the Canudos massacre in northeastern Brazil, 1893–1897. Berkeley: University of California Press, 1992.
- MAZEL, David. *A Century of early ecocriticism*. Athens, GA: University of Georgia Press, 2001.
- MILLER, Shawn William. *An environmental history of Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- MORTON, Timothy. *The ecological thought*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2010.
- NIELSON, Rex P. Ecocritical thought in Euclies da Cunha's correspondence and writings about the Amazon. *Hispanic Issues On Line-HIOL*, v. 16, p. 17-34, 2014.
- ROBINSON, Marilynne. *The death of Adam*: essays on modern thought. New York: Houghton Mifflin Company, 1998.
- RUECKERT, William. Literature and ecology: an experiment in ecocriticism. *Iowa Review*, v. 9, n. 1, p. 71–86, 1978.
- SÁ, Lúcia. Introdução. In: CUNHA, Euclides da; SOUSA, Ronald; SÁ, Lúcia. *The Amazon: land without History*. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. xi–xxiii.
- SCHWARZ, Roberto. *Misplaced Ideas*: essays on Brazilian culture. New York: Verso, [1996].
- TROVATTO, Cármem Cecília Travatto. *A tradição euclidiana*: uma ponte entre a história e a memória. São Paulo: Arte e Ciência, 2002.
- VALENTE, Luiz Fernando. Estrelas indecifráveis: ciência e literatura em Euclides da Cunha. *Revista Verbo de Minas*, Juiz de Fora, MG, v. 8, n. 16, p. 125-141, jul./dez. 2009.
- WILLIAMS, Raymond. Ideas of nature. In: INGLIS, David; BONE, John; WILKIE, Rhoda. (Ed.). *Nature*: critical concepts in the social sciences. New York: Routledge, 2005. p. 47–62.